

# **CONSULTA PÚBLICA SOBRE OFERTA DE POSTOS PÚBLICOS PELO PRESTADOR DE SERVIÇO UNIVERSAL**

## **Respostas do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência**

### **Questão 1**

O ICP deverá não só fixar critérios de oferta de postos públicos em termos de serviço universal como fiscalizar o cumprimento desses critérios.

Embora a legislação seja clara quanto à obrigatoriedade de os postos públicos satisfazerem as necessidades específicas das pessoas com deficiência, verifica-se que grande parte dos postos públicos não são acessíveis às pessoas com necessidades especiais. Modelos de postos públicos como os chamados "orelhões" constituem eles próprios graves obstáculos à circulação na via pública para as pessoas cegas, uma vez que não são detectáveis pela bengala branca. Por outro lado, não pode ser descurada a instalação de postos públicos nas localidades com menos de 1000 habitantes já que um posto público pode ser um elemento importante de comunicação que contribua para a quebra do isolamento ou para a instalação de um clima de maior segurança entre a população.

Não estando interiorizada a cultura da acessibilidade das pessoas com deficiência a todos os bens, dificilmente se poderá admitir que a liberalização da instalação e exploração de postos públicos, que terá certamente como critério prioritário a rendibilidade desses postos, levará em consideração esta realidade.

### **Questão 2**

O SFT na modalidade de assinante e o SMT não devem ser considerados substitutos dos postos públicos.

Para pessoas com necessidades especiais, o SMT pode trazer benefícios mas pode também trazer barreiras. A tecnologia dos telefones móveis da 3ª geração trará certamente enormes benefícios para pessoas com determinado tipo de deficiência, designadamente pessoas surdas ou com problemas da fala, mas poderá originar incompatibilidades de vária ordem, por exemplo para pessoas com deficiência visual.

Permanece ainda a questão mais geral, que afecta toda a população portuguesa com recursos financeiros mais débeis e residente em zonas geográficas menos desenvolvidas. Apenas 39,3% dessa população que habita localidades isoladas, com baixo índice de desenvolvimento social e económico, está servida de posto

público. É irrealista pensar que uma população muitas vezes envelhecida, com um nível de escolarização baixíssimo e com escassos recursos financeiros, instalará, num futuro mais ou menos próximo, telefone fixo ou adquirirá telemóvel.

### Questão 3

Os postos públicos acessíveis a pessoas com necessidades especiais são em número muito reduzido. A questão da acessibilidade não se reduz ao ponto de vista arquitectónico:

- ✓ para uma pessoa com deficiência visual, por exemplo, as dificuldades decorrem da grande variedade de modelos de postos públicos e dos equipamentos instalados sem que sejam tidas em conta as suas necessidades específicas. Informação em Braille e em caracteres aumentados sobre a forma como utilizar os telefones seria suficiente para possibilitar ou facilitar o acesso a este serviço. O uso de caracteres aumentados é muito útil também para as pessoas que, não sendo consideradas deficientes visuais, sofrem de baixa acuidade visual.
- ✓ No que diz respeito à população surda, o serviço universal não está assegurado. Deverá ser considerada a instalação de postos públicos acessíveis a esta população em locais estrategicamente seleccionados.
- ✓ Para as pessoas com déficite cognitivo seria suficiente instalar nos postos públicos informação clara e simples sobre a forma de utilizar o telefone. Informação transmitida desta forma é útil também para os emigrantes e turistas com fraco domínio da língua portuguesa.
- ✓ Para as pessoas com dificuldades de mobilidade, nomeadamente pessoas em cadeira de rodas, além da acessibilidade na aproximação e utilização física do posto público, deverá ser tido em consideração o próprio design e colocação do equipamento no que respeita, designadamente, ao auscultador e respectivo suporte e às teclas de marcação dos números.

De uma maneira geral, as considerações a ter em atenção para que a acessibilidade seja assegurada às pessoas com necessidades especiais são benéficas para a população em geral.

Como já anteriormente referido, o número de postos públicos em localidades com menos de 1000 habitantes (apenas estão cobertos 39,3% destas localidades) é insuficiente.

Nas artérias próximas do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (Av. Conde Valbom) o posto público teoricamente acessível a pessoas com mobilidade reduzida situa-se a cerca de 500 metros, em S. Sebastião da Pedreira. Na verdade, o acesso exterior a este posto é

praticamente inviável para pessoas que se desloquem em cadeiras de rodas, dado que o espaço entre a rampa para entrada no posto e degraus existentes no passeio inviabilizam, na prática, o acesso. Existiu uma cabine telefónica com acessibilidade a pessoas em cadeiras de rodas a cerca de 50 metros deste Secretariado, na intersecção da Avenida Conde Valbom com a Avenida Miguel Bombarda. Quando foram realizadas obras com vista a transformar aquela área numa zona pedonal a cabine foi retirada.

#### **Questão 4**

A opção que se considera aceitável é a c). Esforços têm de ser feitos no sentido de corrigir assimetrias regionais. A instalação de postos públicos nas localidades com menos de 1000 habitantes deve ser considerada como um custo social a suportar pelos mecanismos previstos na legislação. Um posto público constitui um elemento de comunicação e de quebra do isolamento que contribui para a instalação de um clima de maior segurança entre a população.

#### **Questão 5**

Sim.

#### **Questão 6**

A unidade territorial a considerar deve ser a localidade. Constatando-se que mais de 60% das localidades com menos de 1000 habitantes não são servidas por postos públicos, o objectivo deveria apontar para a inversão gradual desta tendência com a instalação de um posto por localidade.

#### **Questão 7**

Poderão definir-se como locais de utilidade pública hospitais, centros de saúde, tribunais, estações de caminhos de ferro e fluviais, aeroportos, escolas do ensino secundário e superior. Este critério poderá cruzar-se com os critérios de densidade populacional e número de postos públicos por km<sup>2</sup>.